



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo  
N.º 11/2022**

Secção Permanente | 13.07.2022

# Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo**



## Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de Quadros / Instrumentos de mobilidade	>> 3
Serviço de Inspeção do Ministério Público	>> 4
Remuneração por acumulação de funções	>> 5
Prestação de serviço por magistrados jubilados	>> 6



## Presenças

### ■ Presidente

Senhor Vice-Procurador-Geral da República, Dr. ***Carlos Adérito da Silva Teixeira***;

### ■ Vogais

Procurador-Geral Regional de Évora, Dr. ***Oswaldo Pina***;

Procuradores da República, Dr.<sup>as</sup> ***Patrícia Cardoso e Maria Raquel Mota*** (membros permanentes);

Membro eleito pela Assembleia da República, Dr.<sup>a</sup> ***Vânia Gonçalves Álvares*** (membro permanente);

### ■ Secretário

Secretariou a sessão a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, Dr.<sup>a</sup> ***Ana Cristina de Lima Vicente***.



## ■ ORDEM DO DIA

### Gestão de Quadros / Instrumentos de mobilidade

1. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, deferir os pedidos de autorização para os magistrados do Ministério Público residirem em local diverso do previsto na lei – constantes dos anexos I e II – artigo 106.º do Estatuto do Ministério Público e alínea m) do n.º 6 da Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 9 de Setembro de 2014, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 19 de Setembro de 2014, relativamente aos Senhores magistrados:

- Dr. **José Manuel Gonçalves Oliveira Fonseca**
- Dr. **Nuno Miguel da Costa Maia**
- Dr. **Pedro André Correia de Sousa Ferreira**

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

2. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar que os atos praticados pelos Srs. procuradores da República Drs. **Celso Alexandre Sousa e Rocha**, e **Sónia Marina de Pinho Esteves Ferreira**, no período compreendido entre 08.03.2022 e 21.03.2022, o foram a título de substituição e não de acumulação de serviço, nos termos do disposto nos arts. 81.º do EMP e 7.º do RIMGP e na alínea h) do n.º1 do arts. 101.º e n.º 3 da LOSJ nos arts. 4.º e 5.º do RIMGP a contrario sensu.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

3. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar a acumulação de funções das Senhoras Procuradoras da República Dr.ª **Eugénia Filipa Fonseca dos Santos**, Dr.ª **Tânia Isabel dos Santos Martins**, Dr.ª **Cátia Alexandra Duarte Lobo** e Dr.ª **Sónia Cristina de Almeida Ferrão Faustino**, com efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 2022, e até à produção de efeitos do Movimento de magistrados do Ministério Público, ratificando-se todos os atos eventualmente praticados.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

4. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar a acumulação de funções dos Senhores Procuradores da República Dr.ª **Ana Maria Ferreira Marques**, colocada na Secção de Paços de Ferreira do DIAP de Paredes, Dr. **Ricardo José Moura dos Santos Marques**, colocado na Secção de Paços de Ferreira do DIAP de Paredes, Dr. **Rogério Gomes Osório**, colocado enquanto Dirigente das Secções de Lousada, Paredes e Marco de Canaveses do DIAP, Dr.ª **Maria José da Rocha Pacheco**, colocada na 2.ª Secção de Paredes do DIAP e Dr.ª **Joana Maria Arcanjo Moreira**, colocada na 2.ª Secção de Paredes do DIAP, com o serviço de que é titular a Exma. Senhora Procuradora da República, Dr.ª Antonieta Maria de Pina Oliveira, junto da 2.ª Secção de Paredes do DIAP, com efeitos a partir de 02 de Junho de 2022 e até à produção de efeitos do Movimento de magistrados do Ministério Público, ratificando-se todos os atos eventualmente praticados.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*





## Conselho Superior do Ministério Público

5. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade determinar a prorrogação acumulação de funções da Senhora procuradora da República, Dr.ª **Susana Ramos Pereira**, colocada em Vila do Porto, com as funções junto do DIAP de Ponta Delgada, até à produção de efeitos do movimento de magistrados do Ministério Público, ratificando-se todos os atos eventualmente praticados.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

6. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade autorizar, com efeitos a 09.06.2022, a acumulação de funções por parte do Sr. Procurador da República Dr. **Nuno Miguel Martins Viegas**, colocado no Juízo Central e Local Cível de Portimão, com as funções de representação do Ministério Público junto do Juízo de Comércio de Lagoa, desde 9 de Junho de 2022 e até à produção de efeitos do próximo movimento de magistrados do Ministério Público, ratificando-se todos os atos praticados.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

7. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade autorizar que a Sra. Procuradora da República, Dr.ª **Maria Gabriela Jorge Gonçalves Coelho**, colocada na Procuradoria do Juízo Central Cível, exercesse, em regime de acumulação, funções na Procuradoria do Juízo Local cível de Lisboa, desde o dia 27 de Junho e até à data de produção de efeitos do movimento ordinário de magistrados do Ministério Público de 2022, ratificando-se os atos praticados.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

8. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade determinar o exercício cumulativo de funções na 2ª Secção de Penafiel do DIAP daquela comarca dos Senhores Procuradores da República Dr. **Rui Luís da Silva Teixeira Pinto** e Dr.ª **Isabel Dolores de Aguiar Melo**, ambos colocados na secção de Felgueiras do DIAP igualmente daquela comarca, com efeitos desde 14 de junho de 2022 e até ao dia 15 de julho de 2022, ratificando-se todos os atos nesse âmbito praticados.

*Relatora: Dr.ª Vânia Álvares*

9. *Retirado para remissão ao plenário do CSMP*

### Serviço de Inspeção do Ministério Público

10. A secção permanente do CSMP deliberou, por maioria, em indeferir o pedido efetuado pela Sra. Procuradora da República, Dr.ª **Ana Paula Pereira Madeira Sabino**, devendo a mesma aguardar a sua inclusão em futuro Plano Ordinário de Inspeções.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

O Senhor Vice-Procurador-Geral da República votou contra.

11. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, em indeferir o pedido efetuado pelo Sr. Procurador da República Dr. **Filipe Agostinho de Oliveira da Costa**, devendo o mesmo aguardar a sua inclusão em futuro Plano Ordinário de Inspeções.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*



## Remuneração por acumulação de funções

12. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º n.ºs 1 e 2 do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 1 de Março e 31 de Maio de 2022, relativa à Sra. Procuradora da República, Dr.ª **Regina Maria Guerra T.C. Carvalheira**, colocada nos Juízos Central e Local Cíveis de Coimbra, com o serviço distribuído à outra MMP com quem dividia, até ao passado dia 30/08, a totalidade do serviço dos Juízos Cíveis e o da respetiva Procuradoria da República, na proporção, mensal, de 4/5 do seu vencimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

13. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º n.ºs 1 e 2 do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 1 de Dezembro de 2021 e 28 de Fevereiro de 2022, relativa à Sr.ª Procuradora da República, Dr.ª **Susana Margarida Trindade Da Costa Neto** colocada na Procuradoria de competência genérica de Nisa, com as funções junto da secção de inquéritos de Portalegre na proporção, mensal, de 1/5 do seu vencimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

14. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º n.ºs 1 e 2 do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 9 de Dezembro de 2021 e 17 de Maio de 2022, relativo ao Sr. Procurador da República, **Nuno Miguel Martins Viegas**, colocado no Juízo Central e Local Cível de Portimão, as funções de representação do Ministério Público junto do Juízo de Comércio de Lagoa na proporção, mensal, de 1/5 do seu vencimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

15. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos dos artigo 136.º n.ºs 1 e 2 do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, relativa à Sra. Procuradora da República, Dr.ª **Nicole Carneiro Neto**, colocada no Juízo de Competência Genérica de Figueira de Castelo Rodrigo, com as funções no Juízo de Competência Genérica de Pinhel, na proporção mensal, de 1/5 do seu vencimento, no período compreendido entre 1 de Março e 31 de Maio de 2022.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*



## Conselho Superior do Ministério Público

16. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade Fixação da remuneração e emissão de parecer a que alude o art.º 136.º, n.º 1 do Estatuto do Ministério Público, pelo exercício de funções, em regime de acumulação com o serviço de origem, na Procuradoria de Oleiros, comarca de Castelo Branco, dos procuradores da República Lics. **José Antunes Cerdeira**, colocado na procuradoria do juízo de família e menores de Castelo Branco, **Henrique Gustavo Ribeiro Ferreira de Antas e Castro** e **Teresa Raquel Alves Baptista Amaral**, colocados na procuradoria do juízo local da Covilhã, e **Diana Isabel Mota Fernandes**, colocada na Procuradoria da Sertã.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

17. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º n.ºs 1 e 2 do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 2 de Fevereiro e 2 de Maio de 2022, relativa às Sr.ªs Procuradoras da República, Dr.ªs **Sara Patrícia Pires Tomé**, **Andreia Cristina Chaves Barreira Rodrigues** e **Catarina Soares de Oliveira Barros**, colocados no Juízo Local Criminal de Elvas e Dr.ª Joana Elisa Costa Moreira, colocada no Juízo Local Cível de Portalegre, com as funções no Juízo Local Cível de Elvas na proporção, mensal, de 1/5 do seu vencimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

18. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade ser o sentido provável da decisão, o de emitir parecer favorável, nos termos do artigo 136.º n.ºs 1 e 2 do EMP, no sentido de dever ser atribuído pagamento pela acumulação de serviço, ocorrida entre 1 de Setembro de 2021 e 31 de Maio de 2022, relativa ao Sr. Procurador da República, Dr. **Silvino Pereira**, colocado no DIAP do Porto com o serviço de um Juízo de Instrução Criminal do Porto na proporção, mensal, de 1/5 do seu vencimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

### Prestação de serviço por magistrados jubilados

19. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, em autorizar a continuar a exercer as funções que vem desempenhando, mesmo após a jubilação, da Senhora Procuradora-Geral Adjunta Dr.ª **Maria Clara Ferreira da Silva Oliveira**, e até ao dia 31 de agosto de 2022 (artigo 191.º do EMP).

*Relatora: Dr.ª Vânia Álvares*

20. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, em autorizar, ao abrigo do disposto no artigo 191.º do EMP, a Senhora Procuradora-Geral Adjunta jubilada Dr.ª **Maria de Fátima da Graça Carvalho** a continuar a exercer funções após jubilação, até ao dia 31 de agosto de 2022, ratificando-se todos os atos eventualmente praticados.

*Relatora: Dr.ª Vânia Álvares*